

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (CNPJ 23.453.830/0029-70) EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 06 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais)																													
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS																						
EM 31 DE DEZ. DE 2023 E 2022 (Em reais)																													
Notas			Notas				2023																						
2023			2023				de 06/12																						
2022			a 31/12/22				a 31/12/22																						
ATIVO			Receitas Operacionais				ATIVIDADES OPERACIONAIS																						
Circulante			Serviços prest. pac. SUS 151.437.604 12.360.464				Superávit do Exerc./período 4.243.895 2.570.749																						
Caixa e equiv. de caixa	4	22.825.303	(-) Glosas (2.060.077) -				Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa																						
Contas a receber	5	30.749	Receita Líquida 149.377.527 12.360.464				Depreciação/Amortização 12.777 2																						
Estoques	6	2.511.045	Custos				Superávit do Exercício/ período Ajustado 4.256.672 2.570.751																						
Outros créditos		210.280	Serviços de terceiros (74.060.143) (5.219.983)				(Aumento)/Redução do Ativo																						
Despesas antecipadas		105	Pessoal e encargos (25.251.388) (1.562.615)				Contas a Receber 2.029.328 (2.060.077)																						
Contratos de gestão	3m	61.802.320	Materiais e medicamentos (26.057.506) (1.762.094)				Estoques (98.483) (2.412.562)																						
Total do Ativo		87.379.802	Superávit operacional 24.008.490 3.815.772				Outros Créditos (155.912) (54.368)																						
Circulante		87.379.802	Despesas				Despesas Antecipadas (105) -																						
Não Circulante		9.745.060	Pessoal e encargos (6.312.847) (390.654)				Aumento/(Redução) do Passivo																						
Partes relacionadas	12	-	Impostos, taxas e contribuições (7.711) -				Fornecedores 1.771.371 6.928.606																						
Imobilizado – Próprio	7a	176.840	Depreciação/amortização (12.777) (2)				Obrigações Trabalhistas 4.202.229 1.551.802																						
Intangível – Próprio	7b	574	Desp. gerais e administr. 14 (13.863.276) (678.737)				Obrigações Sociais 1.013.035 271.070																						
Total do Ativo não Circulante		177.414	Superávit Antes do Resultado Financeiro 3.811.879 2.746.379				Obrigações Fiscais 249.341 108.816																						
Total do Ativo		87.557.216	Financeira Líquidas				Outras Contas a Pagar 1.031.996 4.918																						
13.209.211		13.209.211	Despesas financeiras (143.629) (4.452)				Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais 14.299.472 6.908.956																						
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		13.209.211	Receitas financeiras 582.378 -				ATIVID. DE INVESTIMENTO																						
Circulante		79.239.906	Superávit antes de outras desp e Rec. 4.250.628 2.741.927				Aquis. de Ativo Imob. e Intang. (186.743) (3.450)																						
Fornecedores	8	6.899.977	Outras Despesas e Receitas				Fluxo de caixa consumido pelas ativid. de investimento (186.743) (3.450)																						
Obrigações trabalhistas	9	5.754.031	Doações e subvenções 33.866 38.364				ATIVID. DE FINANCIAMENTO																						
Obrigações sociais	10	1.284.105	Outras receitas e despesas (40.599) (209.542)				Incorpor. ao Patrimônio Social - 1.502.666																						
Obrigações fiscais		358.157	Superávit do exercício/período 4.243.895 2.570.749				Partes Relacionadas 3.494.521 (3.190.119)																						
Outras contas a pagar	11	1.036.914	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL				Fluxo de caixa gerado/(cons.) pelas ativid. de financiam. 3.494.521 (1.687.453)																						
Partes relacionadas	12	304.402	Saldo em 06/12/22				Aumento em caixa e equivalentes de caixa 17.607.250 5.218.053																						
Contratos de gestão	3m	61.820.320	Patrimônio Social				Mov. em caixa e equiv. de caixa																						
Total do Passivo Circulante		79.239.906	Social				No início do exercício/período 5.218.053																						
Patrimônio Social		1.502.666	Acumulado				No fim do exercício/período 22.825.303 5.218.053																						
Patrimônio social	4.073.415	1.502.666	Total				Aumento em caixa e equivalentes de caixa 17.607.250 5.218.053																						
Superávit acumulado	4.243.895	2.570.749	Incorp. ao Patrim. Social 1.502.666 - 1.502.666																										
Total do Patrim. Social	8.317.310	4.073.415	Incorp. ao Patrim. Social 2.570.749 (2.570.749) -																										
Total do Passivo e Patrimônio Social	87.557.216	13.209.211	Superávit do Exercício - 4.243.895 4.243.895																										
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.																													
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 06 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais)																													
1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais O Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE) está localizado na BR-316, KM 3, s/n, Bairro - Guanabara, Ananindeua/PA, CEP: 67.010-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. b. Contrato de Gestão Considerando o Contrato Emergencial de Gestão 5º Termo Aditivo nº 10/SESPA/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESP/PA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), firmado em 01 de dezembro de 2023 e vigente até 28 de maio de 2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Âmbito</th> <th>Legislação</th> <th>Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table>										Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967								
Âmbito	Legislação	Publicação																											
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970																											
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969																											
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967																											
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021.																													
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 11 de Março de 2024. c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.																													
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxa Anual de Depreciação - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10%</td> <td>Aparelhos Med. e Cir.</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Instrumentos de Cirurgia</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Máquina e Equipamentos</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Móveis e Utensílios</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Móveis e Utensílios Hosp.</td> </tr> <tr> <td>20%</td> <td>Eq. Informática</td> </tr> <tr> <td>20%</td> <td>Aparelhos Telefônicos</td> </tr> </tbody> </table> O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxa Anual de Amortização - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>20%</td> <td>Software</td> </tr> </tbody> </table>										Taxa Anual de Depreciação - %		10%	Aparelhos Med. e Cir.	10%	Instrumentos de Cirurgia	10%	Máquina e Equipamentos	10%	Móveis e Utensílios	10%	Móveis e Utensílios Hosp.	20%	Eq. Informática	20%	Aparelhos Telefônicos	Taxa Anual de Amortização - %		20%	Software
Taxa Anual de Depreciação - %																													
10%	Aparelhos Med. e Cir.																												
10%	Instrumentos de Cirurgia																												
10%	Máquina e Equipamentos																												
10%	Móveis e Utensílios																												
10%	Móveis e Utensílios Hosp.																												
20%	Eq. Informática																												
20%	Aparelhos Telefônicos																												
Taxa Anual de Amortização - %																													
20%	Software																												
e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa e constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao pas-																													
Continua..																													

Continuação..
sivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

31/12/2022 reapresentado 31/12/2022		
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.218.053	5.218.053
Contas a receber	2.060.077	2.060.077
Estoques	2.412.562	2.412.562
Outros créditos	54.368	54.368
Despesas antecipadas	-	-
Contratos de gestão	61.802.320	-
Total do Ativo Circulante	71.547.380	9.745.060
Não Circulante		
Partes relacionadas	3.460.703	3.460.703
Imobilizado - Próprio	3.448	3.448
Intangível - Próprio	-	-
Total do Ativo não Circulante	3.464.151	3.464.151
Total do Ativo	75.011.531	13.209.211

31/12/2022 reapresentado 31/12/2022		
PASSIVO E PATR. SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	6.928.606	6.928.606
Obrigações trabalhistas	1.551.802	1.551.802
Obrigações sociais	271.070	271.070
Obrigações fiscais	108.816	108.816
Outras contas a pagar	4.918	4.918
Partes relacionadas	270.584	270.584
Contratos de gestão	61.802.320	-
Total do Passivo Circulante	70.938.116	9.135.796
Patrimônio Social		
Patrimônio social	1.502.666	1.502.666
Superávit (déficit) acumulado	2.570.749	2.570.749
Total do Patrimônio Social	4.073.415	4.073.415
Total do Passivo e Patr. Soc.	75.011.531	13.209.211

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado - Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informát.	Instrum. de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2022								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	3.450	-	-	-	3.450
Depreciação	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Saldo contábil líquido	-	-	-	3.448	-	-	-	3.448
Em 31 de dezembro de 2023								
Saldo inicial	-	-	-	-	3.448	-	-	3.448
Aquisições	1.785	2.499	93.557	58.685	16.420	10.399	2.700	186.045
Depreciação	(23)	(371)	(9.794)	(753)	(1.324)	(360)	(28)	(12.653)
Saldo contábil líquido	1.762	2.128	83.763	57.932	18.544	10.039	2.672	176.840

b. Intangível - Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	-	-
Saldo contábil líquido	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	698	698
Amortização	(124)	(124)
Saldo contábil líquido	574	574

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Material e medicamentos	1.540.690	1.199.431
Serviços	1.998.279	3.344.937
Serviços médicos	4.629.281	2.047.947
Diversos	531.727	336.291
Total	8.699.977	6.928.606

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	2.870.369	1.356.695
Provisão férias	2.670.418	180.657
Provisões FGTS s/férias	213.244	14.450
Total	5.754.031	1.551.802

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
INSS a recolher	331.398	118.701
FGTS a recolher	362.649	125.448
IRRF s/ folha a recolher	587.378	26.921
Contr. sindical	2.680	-
Total	1.284.105	271.070

4. CATXA E EQUIVALENTES DE CATXA

	2023	2022
Caixa em espécie	651	4.000
Banco conta movimento	2.651.231	5.214.053
Aplicações financeiras de liquidez imediata	20.173.421	-
Total	22.825.303	5.218.053

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Ressalta-se que conforme previsto no plano de trabalho homologado pelo Ente Público e destacada no item 2.1.41.5 do Contrato de Gestão, que as reservas financeiras destinadas às provisões, incluindo aquelas referentes a rescisões trabalhistas, estão atualmente aplicadas em instrumentos financeiros, totalizando o montante de R\$ 10.122.767. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 28/05/2024.

	2023	2022
Contrato 10/SESPA/2022	30.749	2.060.077
Total	30.749	2.060.077
Aging List		
A vencer	30.749	2.060.077
Total	30.749	2.060.077

A parcela referente a dezembro de 2023, foi recebida no próprio mês.

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	664.213	1.042.421
Material de manufatura	272.832	139.823
Dietas enterais e parenterais	25.802	40.838
Fios cirúrgicos	38.350	53.195
Material de uso do paciente	601.155	618.125
Limpeza e higienização	119.425	177.944
Material de laboratório	10.878	37.319
Demais materiais	778.390	302.897
Total	2.511.045	2.412.562

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(4.028.119)	(270.584)
Energia elétrica	(4.470.509)	(337.996)
Aluguel de máquinas	(3.565.108)	(36.745)
Água e esgoto	(1.334.218)	-
Viagens e hospedagem	(124.946)	(30.376)
Outros	(340.376)	(3.036)
Total	(13.863.276)	(678.737)

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Entendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	6.831.804	329.297
INSS	6.831.804	329.297
COFINS	4.537.517	309.012
COFINS	4.537.517	309.012
Total	11.369.321	638.309

16. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. financ. de liquidez imediata	20.173.421	-
Contas a receber	30.749	2.060.077
Total ativos financeiros	20.204.170	2.060.077
Fornecedores	8.699.977	6.928.606
Total passivos financeiros	8.699.977	6.928.606

18. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **i. Riscos de Liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 010/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 28 de maio de 2024. Ananindeua - PA, 11 de Março de 2024.

Marcelo Azevedo Costa
Diretor Executivo - CPF. 519.341.594-68
Lienay Teixeira de Macedo Koury
Contadora - CRC/ PA - 021003/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência Ananindeua- PA. **Opinião:** Examinamos as Demonstrações Financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e finance-

ra do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressaltada em função dos seguintes assuntos: (i) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência está vigente até 28 de maio de 2024, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas Demonstrações Financeiras

Continua..

Continuação..

foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. Chamamos a atenção ao fato de que, como previsto item 2.1.41.5 do contrato de gestão homologado pelo Ente Público, as reservas financeiras destinadas às provisões, incluindo aquelas referentes a rescisões trabalhistas, são mantidas em aplicações financeiras, as quais totalizavam R\$ 10.122.767 em 31 de dezembro de 2023. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado já existente na unidade e atualmente utilizado nas operações da Entidade, não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, uma vez que a Administração não recebeu documentos e controles suficientes, por parte da SESP, para realizar tal incorporação. A Administração ressalta que o imobilizado atual e os ativos que forem adquiridos durante a sua gestão, serão integralmente revertidos ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão, portanto, considera que não há efeitos significativos ao patrimônio social para administração operacional do Hospital. iii) Conforme descrito na nota explicativa 7 - Imobilizado, o Instituto está catalogando os ativos deixados pela administradora anterior, quando de sua entrada para gestão emergencial do Hospital em 06/12/2022. Em virtude deste processo, os ativos atualmente cedidos pela SESP não foram apresentados nestas Demonstrações Financeiras, sendo atribuído pela atual Administração o prazo de integração até o final do primeiro semestre de 2024. iv) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (v) Conforme descrito na nota explicativa 3.m, chamamos a atenção ao fato de a Administração do Hospital optar em reconhecer o valor remanescente do contrato de gestão em contas de ativo e passivo circulantes para apresentação do volume de contrato sob sua responsabilidade. A Administração optou em não reapresentar os saldos de 2022, aplicando a política contábil de forma prospectiva, entretanto, na referida nota explicativa, apresenta os efeitos do reconhecimento do ativo (contas a receber) e passivo (obrigações de execução) caso fossem reapresentados. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao período de 06 a 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 20 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e**

da governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP.
 Nº. 2SP 14.712/O-2 / Heitor Piovani - Contador CRC 1SP
 331.721/O-6

Protocolo: 1051512

Flauta de Bambu

2ª Edição



HAROLDO MARANHÃO, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em "A Estranha Xícara", de 1968, estreia do autor no livro, e "Voo de Galinha", seu terceiro título.

FLAUTA DE BAMBU

2ª Edição

HAROLDO
MARANHÃO

